

CURSO DE PEDAGOGIA EM QUESTÃO: DA FORMAÇÃO DOS EDUCADORES¹

Bernardete A. Gatti

RESUMO: discute sobre o surgimento do curso de Pedagogia no Brasil e suas múltiplas facetas que, com a implantação das habilitações na graduação, acentuase a descaracterização da imagem do pedagogo e do sentido mais global de sua formação. Constata-se a necessidade definir um perfil profissional com maior aprofundamento intelectual, capacidade de desenvolvimento de novas formas de utilização dos conhecimentos, condições de rompimento das barreiras na divisão de áreas de conhecimento e trabalho, com visão mais profunda e mais clara quanto à complexidade em vários aspectos do mundo do trabalho e da vida.

PALAVRAS-CHAVE: Curso de Pedagogia; perfil profissional; conhecimento.

ABSTRACT: It discusses about the beginning of the Pedagogy course in Brazil and its multiple facets that with the establishment of different qualifications in the Pedagogy courses, emphasizes the wrong characterization of the pedagogy teacher image as well as a more general meaning of his graduation. The necessity to define a professional profile is verified. One with deeper intellectual, capable of developing new ways to use his knowledge in a position to break the barriers in the division of areas of knowledge and work with a more profound and clear vision, as to the complexity in various aspects in the world of work and life.

KEY WORDS: Pedagogy Course; professional profile; knowledge;

O curso de Pedagogia como graduação, não encontra similar em outros países. Na verdade nasceu como uma tentativa de se montar algo semelhante à Escola Normal Superior francesa, mas, entre nós assumiu características bem distintas daquelas. Nosso curso de Pedagogia objetivou, ao ser criado, a formação de professores para atuar como docentes de nossas escolas normais que eram cursos em nível médio, como também para dar uma certa formação psicopedagogia. Estruturava-se com um currículo de disci-

¹Texto apresentado no Fórum Nacional de Instituição do Ensino Superior do Setor Privado, 2002, São Paulo.

plinas obrigatórias, comuns, nos três primeiros anos, com alguma diversificação quanto a optativas no quarto ano. Com a reforma do ensino superior em 1968 há um fracionamento do curso trazido não só pelo conceito de cursos semestrais e sistema creditício, como pela consolidação das chamadas habilitações específicas, que na graduação já passa a diferenciar, em termos de disciplinas e programas, as especialidades (administração escolar, orientação educacional, supervisão, etc.). em algumas instituições estas especialidades no início dos anos 60 eram contempladas, porém não na graduação, mas sim, em nível de especialização, de pós-graduação “latu senso”

Trazidas às habilitações para a graduação em Pedagogia, amplia-se a descaracterização da imagem do pedagogo e do sentido mais global de sua formação. Institucionalmente cada habilitação, em geral, passa á competência de departamentos estanques que pouco se comunicam, favorecendo, pela especialização talvez precoce, a dissolução de uma perspectiva geral de formação do pedagogo, que também socialmente passa a encontrar dificuldade para definir-se a partir de uma certa identidade profissional.

Os cursos de Pedagogia formam, então, profissionais com habilitações variadas: professores para o ensino médio/habilitação magistério; professores de ensino fundamental (1ª a 4ª séries); professores de educação infantil; professores para educação especial; administração escolar; supervisão escolar; orientação educacional... Em algumas universidades houve a iniciativa de centrar o curso de Pedagogia na formação de professores para o ensino fundamental (1 a 4ª série) ou, na formação de professores para o ensino médio/habilitação magistério, deixando como formação complementar posterior as demais habilitações.

É neste contexto que devemos discutir a questão curricular deste curso: Pedagogia. O que é “pedagogo”? Ou, o que deverá ser? Qual afinal o perfil desejado do “pedagogo”? Quais competências e habilidades esperadas? Quais conteúdos privilegiar? Estas são as questões fundamentais colocadas no Edital

Profissionais da Educação

4/97 da SESU/MEC. Como responder a isto diante das múltiplas funções deste curso atualmente e, diante do que nos colocam, em particular, os artigos 63 3 64 da nova LDB?

Na discussão sobre novas possibilidades curriculares na área do ensino superior, acredito que a questão dos cursos de Pedagogia apresenta uma faceta peculiar, dados os novos dispositivos constantes da Lei 9394/96, no que se refere à formação dos profissionais da educação (Título VI). O que aí é estipulado pode sugerir que há um duplo cenário para os Cursos de Pedagogia a se considerar. Isto porque, com a instituição dos Institutos Superiores de Educação, e, com a inclusão nestes institutos dos cursos normais superiores há um novo “locus” desenhado para a formação de professores, particularmente os de educação infantil e ensino fundamental (1ª a 4ª séries), ambas opções de formação existentes nos atuais cursos de Pedagogia.

O artigo 63 especifica que:

Os institutos superiores de educação manterão:

- I. Cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;
- II. Programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica;
- III. Programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis;

Já o artigo 64 diz que “A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida nesta formação, a base comum nacional.”

Com a especificação do artigo 64, cabe perguntar: devem, então os

cursos de Pedagogia formar apenas os chamados especialistas (administração, planejamento, etc.)? A formação de professores para os diferentes níveis e modalidades de ensino, inclusive os de educação infantil, educação fundamental (1ª a 4ª série), educação especial, professores para a formação de professores em nível médio, devem ter seus currículos definidos na perspectiva não de integrarem os cursos de Pedagogia, mas, de serem integrados no âmbito dos Institutos Superiores de Educação?

Parece-nos que este cenário é o que se tem em perspectiva nos termos da Lei 9394/96, um projeto novo.

Por outro lado, outro cenário é possível também. Seria o de pensar pela manutenção da tradição. Neste caso, o curso de Pedagogia poderia ser concebido como o articulador de todas essas formações. Resta saber se isto é possível sem, ao mesmo tempo deixar de dar uma formação cultural básica suficiente, e uma formação específica de qualidade, dado que se estará fazendo integralmente a formação de professores e a de especialistas, com todos os problemas que hoje já vivenciamos com este tipo de fragmentação. Claro, há a alternativa posta na Lei de se fazer a formação dos especialistas em nível de pós-graduação. Como a Lei não define um modelo único para essa formação parece-nos que isto será uma opção institucional, como a própria Lei diz.

Várias configurações são possíveis, mas elas têm implicações curriculares diferentes.

Vejamos:

1. A instituição de ensino superior não implementa o Instituto Superior de Educação e mantém as Licenciaturas e o curso de Pedagogia tal como estão, este englobando as formações de professores acima especificadas, como também a dos especialistas. As ações relativas aos incisos I e II do art. 63/LDB não são implementadas, ou o são em formato à parte.

2. Implementa-se o Instituto Superior de Educação com todas as fun-

Profissionais da Educação

ções previstas na Lei 9394/96. o curso de Pedagogia, voltado à formação dos especialistas em educação, passa a integrar também o Instituto como um de seus cursos possíveis. No caso, as Licenciaturas em disciplinas específicas devem se repensadas neste contexto novo.

3. Implementa-se o Instituto Superior de Educação com todas as funções a ele atribuídas na Lei, rearticulando as Licenciaturas em disciplinas específicas. Não se oferece curso de Pedagogia como graduação e oferece-se habilitações/especializações em administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional em nível de pós-graduação para formados como professores em nível superior em qualquer modalidade.

4. Implementa-se o Instituto Superior de Educação com todas as funções previstas em Lei mas, o curso de Pedagogia, voltado à formação nas habilitações de especialistas não integra o Instituto.

Outras configurações são possíveis a partir destas, e seriam recombinação das possibilidades aventadas nestas quatro.

Definir um perfil profissional, competências e habilidades desejadas, e a partir daí, uma proposta pedagógica de curso na área de formação dos profissionais da educação demanda escolha por uma dada configuração, especialmente se se quiser pensar em uma base comum de formação para todos eles.

Professores e especialistas, educadores em geral, tem suas identidades construídas a partir do empreendimento educativo (Jean Claude Forquim, 1993). Isto implica em que tem a responsabilidade de transmitir e perpetuar, ou, de garantir a transmissão e a perpetuação da experiência humana, ou seja, da cultura, entendida neste espaço não como se fora uma somatória "de tudo o que realmente pode ser vivido, pensado, produzido pelos homens desde o começo dos tempos, mas como aquilo que, ao longo dos tempos, pode ascender a uma existência "pública", virtualmente comunicável e memorável, cristalizando-se nos saberes cumulativos e controláveis, nos siste-

mas de símbolos inteligíveis, nos instrumentos aperfeiçoáveis, nas obras admiráveis (Forquin, op.cit p.13/14). Os professores, e demais educadores, são os construtores das vias pelas quais estas experiências, de modo mais formalizado, podem circular interpessoas e inter-gerações. Nesta direção podemos então conceber que a cultura é o conteúdo que pode dar substância a uma concepção de identidade de professores de diferentes tipos e níveis de ensino, bem como dos demais profissionais que atuam na educação escolar. A cultura é a substância do seu trabalho de arte estruturador de experiências vivenciais educativas. É deste trabalho paciente e continuado que, numa dada tradição, a cultura se transmite e se perpetua, e, por aí se renova. A educação torna concreta a cultura “como memória viva, reativação incessante e sempre ameaçada, fio precário e promessa necessária da continuidade humana”. (Forquin, 1993, p14)

Esta maneira de conceber a inserção de professores e outros profissionais da educação no social nos ajuda a projetar características para o seu trabalho, portanto, a pensar habilidades e competências que lhes são necessárias. Estas podem nortear propostas curriculares para sua formação. Pode-se sugerir que, primeiramente, é necessário garantir a estes profissionais uma certa base cultural ampliada e atualizada, que lhes permita inserir-se em seu tempo e também garantir suas possibilidades de formação continuada. Isto implica em dar-lhes meio de compreender antropológica e sociologicamente a sociedade onde nos movemos, de compreender psicologicamente as pessoas humanas, de fazer integrações de natureza filosófica, mas também, de ter compreensão dos elementos tecnológicos de nosso ambiente e das bases de conhecimentos com que eles interagem. Estes últimos aspectos são por demais importantes quando consideramos os ambientes sociais que se projetam a partir da integração dessas tecnologias nas vidas cotidianas e, quando se observa sua absorção e domínio pelas novas gerações - com as quais os educadores devem trabalhar-, absorção e domínio que se faz inde-

Profissionais da Educação

pendentemente das escolarizações, nas próprias vivências nas famílias, grupos de amigos, lazer, mídia, etc.

Inspirando-nos em Forquin (1993) poderíamos projetar um perfil desses profissionais como cidadãos:

- * Portadores de um projeto de comunicação formadora;
- * Capazes de por em ação um modo de reflexão sobre a questão da cultura humana e dos elementos culturais em relação aos diferentes tipos de escolhas educativas, o que poderia se traduzir bem por um não à superficialidade, com condições de unir teoria e prática em suas ações educativas;
- * Detentores de respeito pelo passado, ou seja, por aquilo que se consolidou na cultura humana, fundamental em seu papel se transmissores e preservadores da cultural;
- * Capazes de situar-se ante a heterogeneidade que há nos conteúdos da cultura, com suas variações de fontes, épocas, lógicas, etc., lidando com o fato de que uma proposta educativa transmite elementos parciais da cultura e não o todo;
- * Com condições de lidar com as questões de valor que as mudanças rápidas, as novidades, provocam, gerando rupturas no seio das próprias ações educativas;
- * Com habilidades para construir meios para a realização dos processos de ensino e das ações educacionais no contexto da rapidez das “novidades” e da disseminação volumosa e acrítica das informações, porém preservando a memória, o espírito de verificação com autonomia, e dos valores que garantem a sobrevivência social cooperativa; ou seja, um NÃO à superficialidade;
- * Capazes de criar meios, instrumentos, condições para que um projeto de comunicação formadora se consubstancie no real, ou seja, se traduza em ações e relações que ao mesmo tempo em que permitem a preservação de uma dada tradição cultural criam o caldo de cultura a partir do

qual transformações, recriações possam se processar;

- * Capazes de prever/inventar trilhas que permita à humanidade ter memória e por isto mesmo, humanizar-se.

Em trabalho que publicamos recentemente (Gatti, 1997), colocamos como se começa a demandar, no contexto atual e próximo futuro, que os profissionais da educação tenham um maior aprofundamento intelectual, capacidade de desenvolvimento de novas formas de utilização dos conhecimentos, condições de rompimento das barreiras na divisão de áreas de conhecimento e trabalho, com visão mais profunda e mais clara quanto à complexidade em vários aspectos do mundo do trabalho e da vida. Lembro ainda que, as discussões que levam em conta os desafios sócio-econômicos-culturais da atualidade, e dos próximos anos, mostram alguns aspectos a serem considerados pela educação em geral, e especialmente para a formação de formadores:

- * Precisa-se preparar para que se tenha condições de desenvolvimento de aprendizagens durante toda a vida;

- * Flexibilidade é características essencial e condição para que se possa recolocar e redirecionar ações, meios e recursos, de modo a responder a exigências emergentes e às mudanças sociais;

- * Considerar e trabalhar aspectos ligados à socialização, à tolerância, participação, cooperação e integração;

- * Aquisição de uma base de domínio específico de conhecimento, bem organizado, porém flexível e com ganchos interdisciplinares;

- * Desenvolvimento de domínio ampliado de fatos, símbolos, algoritmos, conceitos e regras que são a base de alguns campos de conhecimentos;

- * Utilização de métodos heurísticos, isto é métodos que favoreçam o desenvolvimento da capacidade de busca autônoma do conhecimen-

Profissionais da Educação

to, da informação e da análise da informação;

- * Criação e habilidade de uso de procedimentos didáticos que propiciem o desenvolvimento de motivação para a retenção e busca de conhecimentos, de aproximação de problemas, por caminhos diversificados e variados, mas sistematizáveis para a abordagem de questões cotidianas ou de âmbito científico;

- * Capacidade de reflexão sobre o próprio funcionamento cognitivo pessoal, e, condições de auto-regulação desse funcionamento;

- * Condições de lidar com componentes afetivos, integrativamente com os cognitivos e meta-cognitivos, tais como atitudes, crenças, emoções, ligadas tanto aos objetos de estudo como às práticas sociais;

- * Desenvolvimento de disposições em relação a metas, o que envolve desenvolvimento de sensibilidade a situações e contextos específicos e inclinação para agir na direção de soluções.

Com estas considerações parece-nos que a formação de educadores, professores ou especialistas, seja em que contexto institucional for, deve privilegiar uma base de conhecimentos gerais boa, associada ao desenvolvimento de habilidades comunicativas ampliadas e a alguns conhecimentos específicos bem selecionados que lhe propiciem uma forte condição para aprofundamentos posteriores e especializações específicas ao longo de sua vivência profissional.

Esta questão curricular merece um tratamento diferente daquele que vem sendo dado até aqui e esse tratamento poderá vir através do efeito articulador que uma proposta pedagógica, consensuada, institucional ou de cursos venha a favorecer. Porém, algo novo, a nosso ver, só se fará ver quando questões de fragmentação disciplinar, hora-aula, divisões departamentais, e que tais, venham a ser de fato questionadas, trabalhadas e superadas numa perspectiva de propósitos e metas.

Recebido: 02/04/2004

Aceite para publicação: 16/04/2004

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FORQUIN, J.C. *Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

GATTI, B.A. *Formação de professores e carreira: problemas e movimentos de renovação*. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.